



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 002/2025

### 1. Informações básicas

**Órgão:** CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA - MT (15.359.482/0001-48)

**Nº do processo:** 040/2025

**Categoria do ETP:** Prestação de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra

### 2. Descrição da necessidade

A divulgação efetiva dos atos legais da Câmara Municipal de Alta Floresta é fundamental para garantir a transparência e a responsabilidade do poder público. Além disso, a divulgação adequada dessas informações permite que a população esteja ciente das decisões tomadas e tenha a oportunidade de participar ativamente das ações da Câmara. A participação da população é crucial para garantir que as políticas públicas e as decisões tomadas pelos representantes públicos reflitam os interesses e as necessidades da comunidade.

Por essas razões o Estudo Técnico Preliminar é importante para contratação sob demanda de empresa especializada na prestação de serviços de Publicidade e Propaganda, incluindo estudo, planejamento, criação, produção, veiculação e apresentação dos resultados das campanhas publicitárias na mídia, seja ela televisiva, radiofônia, jornal impresso, banners, panfletos ou através da internet, de modo a difundir as ações, ideias, informações e serviços prestados.

Considerando esses aspectos, verificamos a necessidade pública de se prover uma solução capaz de: a) Dar maior transparência a divulgação das atividades e dos atos institucionais do Poder Legislativo Municipal; b) Dar amplo conhecimento a sociedade das políticas públicas, programas e ações do Poder Legislativo Municipal; c) Divulgar, de forma sistemática, em linguagem acessível e didática, os direitos do cidadão e dos serviços colocados à sua disposição pela Câmara Municipal de **Francisco Santos**; d) Disseminar informações corretas sobre assuntos de interesse público para os diferentes segmentos sociais e que envolvam as ações do Poder Legislativo Municipal; e) Conscientizar a sociedade sobre a missão do Legislativo; f) Fortalecer a imagem institucional e participação mais ativa da comunidade em geral; g) Disponibilizar informações pertinentes às atividades legislativas; h) Estimular a participação da sociedade no debate; i) promover o Poder Legislativo Municipal junto a sociedade, de modo a conscientizá-la especialmente sobre a missão exercida pelos Vereadores, otimizando a visão crítica dos cidadãos a respeito da importância das leis como instrumento da garantia de seus direitos e da paz social; j) intensificar e revisar o modelo de comunicação e divulgação das matérias legislativas para o público externo;

Além disso, a comunicação da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT, baseia-se no princípio constitucional da publicidade, disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, que garante o direito da população e o dever do administrador de divulgar os atos



praticados pela Administração, afim de que os cidadãos possam tomar conhecimento e as providencias necessárias ao controle da legalidade, da moralidade e da eficiência das atividades do legislativo, vejamos:

*“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*§ 1º — A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.*

Dessa forma, a contratação de uma agência de publicidade pela Câmara Municipal de Alta Floresta/MT é importante medida para garantir a transparência, responsabilidade, informação e orientação da população nas ações da Câmara.

### 3. Requisitante

ÁREA REQUISITANTE	REQUISITANTE
ASSESSORIA DE IMPRENSA	LINDOMAR ARCANJO LEAL

### 4. Descrição dos requisitos da contratação

A Câmara Municipal de Alta Floresta/MT preza pela clareza e transparência à população assegurando a todos o acesso às informações referente aos recursos públicos e suas ações.

Cabe ao Poder Público atuar de modo claro, objetivo e transparente na contratação de agências que possam atender com ética e responsabilidade seus objetivos institucionais, pois, a publicidade é principio constitucional prezado por este Poder Legislativo. As peças institucionais terão como foco incentivar a participação e orientação popular, levando até a sociedade informações das ações e trabalhos do Poder Legislativo, como forma de fazer com que o cidadão tenha acesso à Casa de Leis.

Ademais, para que seja garantido a população a publicidade as informações e a divulgação dos atos pela Administração Pública, deve a mesma desempenhar esse papel de forma adequada e eficaz, observada a legislação em vigor, a Câmara Municipal de Alta Floresta/MT necessita aliar as competências de sua equipe interna à experiência de agências de propaganda contratadas por meio de processo licitatório, as quais dispõem dos conhecimentos técnicos, profissionais qualificados e instrumentos capazes de oferecer as melhores soluções publicitárias as necessidades de comunicação apresentadas, com vistas a contribuir para que os objetivos deste órgão sejam atingidos e que haja a correta rentabilização dos investimentos e recursos públicos envolvidos no desenvolvimento das ações publicitárias.





## 5. Levantamento de mercado

Para o levantamento de mercado foram analisadas contratações similares de outros órgãos, considerando que a prestação de serviço é largamente utilizada por outras instituições.

Com base na necessidade da Administração, a análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa(s) prestadora(s) de serviço terceirizado(s), dado que as atividades que se visa a contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta.

Uma das possibilidades para suprir a demanda com relação a publicidade da Câmara seria a aquisição de ferramentas e tecnologias e recursos, isso inclui acesso a plataformas de análise de dados, software de automação de marketing, entre outros, que podem melhorar a eficiência e eficácia das campanhas de comunicação, porém essa opção se torna mais caro para a Administração Pública, além dos treinamentos que deveriam ser realizados com a equipe e que esta deveria ser aumentada, devido a demanda de atividades.

Para atendimento das necessidades atinentes, é possível identificar algumas soluções de mercado, a saber: a) Realizar processo de credenciamento no Departamento de Licitações e Contratos da Câmara Municipal de Alta Floresta, junto as empresas de comunicação situadas no Município e suas adjacências; b) Designar as atividades publicitárias do departamento comunicação Social desta Casa Legislativa; c) Contratar agência de publicidade;

Além disso, a presente contratação, conforme item c, do parágrafo anterior, possibilita usufruir dos seguintes serviços: a) estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade e propaganda aos veículos e demais meios de divulgação; b) planejamento e execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o público alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas; c) produção e execução técnica das peças e projetos publicitários criados; d) criação e desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando a expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

Dessa forma, a contratação de empresa terceirizada especializada na prestação dos serviços de publicidade e propaganda justifica-se como a solução mais eficiente e eficaz para as necessidades da Administração.

## 6. Descrição da solução como um todo

Nos termos do art. 2º da Lei nº 12.232/2010, o objeto de um contrato de serviços de publicidade envolve o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a venda de bens ou serviços de qualquer natureza, difundir ideias ou informar o público em geral.

O §1º do mesmo artigo estabelece que nessas contratações possam ser incluídos os seguintes serviços especializados, como atividades complementares:





I - o planejamento e a execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público-alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas realizadas, respeitado o disposto no art. 3º da Lei 12.232/2010;

II - a produção e a execução técnica das peças e projetos publicitários criados;

III - a criação e o desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias.

De acordo com o §2º do mesmo artigo, os contratos de serviços de publicidade terão como objeto somente as atividades descritas acima, sendo vedada a inclusão de quaisquer outras atividades, em especial as de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas ou as que tenham por finalidade a realização de eventos festivos de qualquer natureza.

Quanto às pesquisas e avaliações previstas no inciso I, acima descrito, o art. 3º da lei 12.232/2010 torna passível de execução apenas aquelas que tenham finalidade específica de aferir o desenvolvimento estratégico, a criação e veiculação e de possibilitar a mensuração dos resultados das campanhas publicitárias realizadas na execução contratual, sendo vedada a inclusão de qualquer matéria estranha ou que não guarde pertinência temática com a ação de publicidade ou com o objeto do contrato.

Para descrição da solução como um todo, cabe informar que a presente contratação será operacionalizada com base nas contratações anteriores e vigentes, melhoramentos propostos por meio deste Estudo Técnico e a nova legislação que estabelece normas gerais de licitação e contratação da Administração Pública, além de outras normas que regulamentam a atividade publicitária.

## 7. Estimativas da quantidade a serem contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE ESTIMADA	V. UNITÁRIO ESTIMADO	V. TOTAL
01	Agência especializada em propaganda e publicidade para prestar serviços à Câmara Municipal de Alta Floresta/MT.	Mês	07	R\$ 50.000,00	R\$ 350.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 350.000,00

## 8. Estimativa do valor da contratação

A Câmara Municipal de Alta Floresta/MT estima usar a verba de R\$350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para a veiculação das campanhas institucionais até o dia 31 de

dezembro de 2025.

### **9. Justificativa para o parcelamento ou não da solução**

Considerando a impossibilidade de previsão exata do quantitativo de publicações a serem realizadas, bem como a variação de preços de acordo com o veículo de publicação, a contratação será com base no valor global estimado, com o pagamento sendo executado de acordo com a prestação do serviço.

### **10. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

A contratação do serviço de publicidade não possui exigência de outras contratações correlatas ou interdependentes.

### **11. Alinhamento entre a contratação e o planejamento**

### **12. Resultados pretendidos**

Garantir o cumprimento das normas legais e a publicidade dos atos.

### **13. Providências a serem adotadas**

Por se tratar de contratação que acontece frequentemente, não se faz necessária nenhuma adequação.

### **14. Possíveis impactos ambientais**

Não se aplica.

### **15. ANÁLISES E MAPA DE RISCO**

O item a ser licitado foi devidamente especificado e quantificado, diminuindo assim os riscos de uma aquisição indesejada ou ineficiente.

Diante o planejamento desenvolvido e apresentado neste ETP, a Câmara Municipal de Alta Floresta/MT tem como propósito uma aquisição eficiente e vantajosa.

Para demonstração seguem os mapas de risco:



A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'JAP' or similar, located below the stamp.



<b>RISCO 01 - ETP deficiente</b>			
<b>Probabilidade</b>	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto</b>	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
<b>Dano</b>			
1. Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente do objeto, gastos com processo licitatório ineficiente.			
<b>Ação Preventiva</b>			<b>Responsável</b>
1. Elaborar checklist para se certificar de que todas as etapas do procedimento foram concluídas.			Departamento de Imprensa
<b>Ação de Contingência</b>			<b>Responsável</b>
1. Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares.			Gerência de Comunicação de Social

<b>RISCO 02 - Falha na Elaboração do TR</b>			
<b>Probabilidade</b>	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto</b>	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
<b>Dano</b>			
1. Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente do objeto, gastos com processo licitatório ineficiente.			
<b>Ação Preventiva</b>			<b>Responsável</b>
1. Elaborar checklist para se certificar de que todas as etapas do procedimento foram concluídas.			Comissão de Contratação
<b>Ação de Contingência</b>			<b>Responsável</b>
1. Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares.			Comissão de Contratação

<b>Risco 03 - Divergências textuais no edital, termo de referência e minuta do contrato</b>			
<b>Probabilidade</b>	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto</b>	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
<b>Dano</b>			
1. Pedidos de esclarecimentos ou impugnação do edital;			
2. Problemas na execução contratual;			
3. Atraso no atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT.			
<b>Ação Preventiva</b>			<b>Responsável</b>
1. Comissão de Licitação verificar incoerências entre o TR e o edital			Comissão de Contratação
<b>Ação de Contingência</b>			<b>Responsável</b>
1. Comissão de Licitação verificar as divergências e solicitar justificativas e providências cabíveis.			Comissão de Contratação.

<b>Risco 04 - Ausência de publicação do edital</b>			
<b>Probabilidade</b>	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto</b>	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
<b>Dano</b>			
1. Anulação dos atos praticados.			
<b>Ação Preventiva</b>			<b>Responsável</b>
1. Adoção de checklist contemplando o item "publicação/divulgação do edital"			Comissão de Contratação
<b>Ação de Contingência</b>			<b>Responsável</b>
1. Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação da proposta.			Comissão de Contratação

<b>Risco 05 - Pedido de impugnação do Instrumento Convocatório</b>			
<b>Probabilidade</b>	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
<b>Impacto</b>	( ) Baixa	(X) Média	( ) Alta
<b>Dano</b>			
1. Atraso ou anulação da licitação e posterior contratação;			
2. Prejuízo para a Administração Pública.			
<b>Ação Preventiva</b>			<b>Responsável</b>
1. Especificação mínima capaz de atender as necessidades da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT, sem frustrar a participação dos licitantes da licitação.			Comissão de Contratação
<b>Ação de Contingência</b>			<b>Responsável</b>
1. Estabelecer critérios para supervisão e revisão do Edital, com adequação de cláusulas nulas e/ou restritivas;			Comissão de Contratação
2. Analisar o pedido com base nos princípios norteadores da Licitação para indeferi-lo ou não;			
3. Caso seja deferido o pedido, promover o cancelamento da Licitação para adequação do item questionado.			

<b>Risco 06 - Atraso na assinatura do contrato e entrega do objeto</b>			
<b>Probabilidade</b>	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto</b>	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
<b>Dano</b>			





1. Atraso na entrega do objeto e prejuízo na Administração;
2. Prejuízo para a Administração Pública.

<b>Ação Preventiva</b>	<b>Responsável</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Prever no Edital e seus anexos as exigências para o início da prestação dos serviços/entrega do objeto e as sanções do não atendimento;</li> <li>2. Comunicar, formalmente, a Contratada sobre o prazo para o início da prestação dos serviços/entrega do objeto e das implicações decorrentes do não cumprimento das obrigações.</li> </ol>	Comissão de Contratação, Gestor e Fiscal de Contrato.
<b>Ação de Contingência</b>	<b>Responsável</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Solicitar justificativa formal da referida licitante para o atraso na prestação do serviço/entrega do objeto;</li> <li>2. Abrir processo Administrativo Sancionador para apurar os fatos e, se necessário, aplicar a penalidade cabível.</li> </ol>	Comissão de Contratação, Gestor e Fiscal do Contrato

<b>Risco 07 - Execução em desacordo com o contrato</b>			
<b>Probabilidade</b>	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto</b>	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta
<b>Dano</b>			
1. Descumprimento de qualquer obrigação contratual assumida.			
<b>Ação Preventiva</b>			<b>Responsável</b>
1. Prever no Edital e seus anexos as exigências para o cumprimento do objeto e as sanções do não atendimento.			Gestor e Fiscal de Contrato
<b>Ação de Contingência</b>			<b>Responsável</b>
<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Comunicar formalmente a contratada sobre a ocorrência de descumprimento de obrigação assumida e dar prazo para manifestação, com apresentação de justificativa e correção do serviço, se for o caso;</li> <li>2. Abrir processo administrativo sancionador para apurar os fatos, e, se necessário, aplicar penalidade cabível.</li> </ol>			Gestor e Fiscal do Contrato

<b>Risco 8 - Não observar se os requisitos do contrato foram plenamente atendidos</b>			
<b>Probabilidade</b>	(X) Baixa	( ) Média	( ) Alta
<b>Impacto</b>	( ) Baixa	( ) Média	(X) Alta



Dano	
1. Prejuízos ao erário.	
Ação Preventiva	Responsável
1. Verificar se o objeto foi entregue conforme o contrato; 2. Realizar pesquisa de satisfação junto ao requisitante.	Gestor e Fiscal de Contrato
Ação de Contingência	Responsável
1. Notificar a contratada para regularizar as pendências contratuais.	Gestor e Fiscal do Contrato

## 16. Declaração de viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

## 17. Responsáveis

  
**SALETE SCHUMANN PEREIRA**  
SECRETÁRIA DE PATRIMÔNIO

  
**TAMARA RODRIGUES FARIAS RIBEIRO**  
CHEFE DE DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

  
**LINDOMAR ARCANJO LEAL**  
CHEFE DE COMUNICAÇÃO

## Anexos

